



PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO



Câmara Municipal
De Ferreira do Alentejo



MOBITRAL - Móbilias Tradicionais
Alentejanas EM

ÍNDICE

Introdução	4
Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidado e métodos de consolidação	5
Análise económico–financeira	5
Balanço	6
Demonstração de resultados	7
1. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	10
1.1. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL	11
1.2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA	12
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	13
2.1. BALANÇO CONSOLIDADO	14
2.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO	15
2.3. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO	16
2.4. ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LIQUIDO CONSOLIDADO	17
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	18
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADA	33

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- Entidades do Grupo Autárquico	5
Quadro 2-Evolução do Ativo	6
Quadro 3 - Evolução do Passivo	7
Quadro 4 - Evolução do Património Líquido	7
Quadro 5- Evolução dos Gastos	8
Quadro 6 - evolução rendimentos	8

Introdução

O Município de Ferreira do Alentejo apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado.

Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo o método integral o utilizado uma vez que o Município de Ferreira do Alentejo era detentor de uma percentagem de controlo superior a 50%, na entidade MOBITRAL EM.

Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras da empresa consolidada no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as duas entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicados no contexto do setor empresarial local.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O presente relatório não contém informações da contabilidade de gestão de acordo com a NCP 27,

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidado e métodos de consolidação

O Município de Ferreira do Alentejo deteve participação na empresa municipal – MOBITRAL, dissolvida no ano em apreço, bem como, associações e agências.

De seguida, no quadro 1, apresentam-se as entidades participadas pelo município e é indicado o respetivo método de consolidação utilizado.

O atual âmbito da Lei das Finanças Locais (art. 975 da Lei nº 51/2018) estabelece que “o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”.

ENTIDADE	Tipo	capital Social	Participação	%	Incluído	Método
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Não Societária	1.543.431,42	4.321,61	0,28	Não	
ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo	Societária	321.795,77	25.486,22	7,92	Não	
CRBA - Conservatório Regional do Baixo Alentejo	Não Societária	4.239,80	249,30	5,88	Não	
ADEMO - Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Olivícolas Portugueses	Não Societária			6,77	Não	
AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente	Não Societária			14,28	Não	
MOBITRAL - Móveis Tracionais Alentejanos, EM	Societária	50.000,00	43.500,00	87	SIM	Integral
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Não Societária			0,01	Não	
Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL)	Não Societária			8,14	Não	
AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo	Não Societária			3,3	Não	
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	Não Societária			3,34	Não	

Quadro 1- Entidades do Grupo Autárquico

Análise económico–financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus leitores/utilizadores para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados.

Balanço

Em 2020 o ativo das contas consolidadas do Município de Ferreira do Alentejo atingiu os 32.7 M€, o que significa uma diminuição de 4,3 M€ face ao ano anterior (11,70%).

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Componentes do ativo	2020	2019	Δ 2020/2019
Ativos fixos tangíveis	26.863.855,34	29.090.298,65	-7,65
Propriedades de investimento	0,00	405.386,72	-100,00
Ativos intangíveis	119.973,49	116.046,48	3,38
Participações financeiras	386.000,04	390.959,75	-1,27
Devedores por empréstimo bonificado e subsídios reembolsáveis		63.211,76	-100,00
Clientes, contribuintes e utentes	951,77		0,00
Outros ativos financeiros	49,88	49,88	0,00
Ativos não correntes	27.370.830,52	30.065.953,24	-8,96
Inventários	388.256,53	405.030,30	-4,14
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	81.995,37		0,00
Clientes, contribuintes e utentes	189.041,08	150.982,52	25,21
Estado e Outros entes públicos	105.454,06	93.739,59	12,50
Outras contas a receber	540.290,16	2.043.855,59	-73,57
Diferimentos	18.588,50	491.534,89	-96,22
Caixa e depósitos	4.021.975,58	3.802.130,91	5,78
Ativo corrente	5.345.601,28	6.987.273,80	-23,50
Total do Ativo	32.716.431,80	37.053.227,04	-11,70

Quadro 2-Evolução do Ativo

Os ativos fixos tangíveis representam 82,1% do ativo e registaram uma descida de 2,2M€.

Esta diminuição deve-se sobretudo a regularizações efetuadas na transição para o SNC-AP, nomeadamente na eliminação de bens, porque não eram propriedade do município, registo em duplicado do mesmo bem, bens alienados e não abatidos. E outras retificações com origem na atualização da vida útil dos bens, face ao novo normativo legal, SNC-AP.

As dívidas de terceiros representam 2,21% do ativo e tiveram uma variação negativa.

Os diferimentos ascenderam a 18 mil euros e diz respeito a gastos a reconhecer, verificando-se uma diminuição relativa ao ano anterior.

É de salientar o aumento do saldo de disponibilidades de 3,8 M€ em 2019 para 4 M€ em 2020. Este bom momento é refletido também no passivo, com diminuição da dívida.

Em relação ao passivo, as contas consolidadas do município de Ferreira do Alentejo fecharam o ano com um valor de 2,6 M€, sendo a sua constituição por 39.89% por passivo não corrente e em 60.11% por passivo corrente. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

Passivos	2020	2019	Δ 2020/2019
Financiamentos obtidos	1.010.446,75	2.190.741,06	-53,88
Outras Contas a Pagar	41.034,91		0,00
Passivos não correntes	1.051.481,66	2.190.741,06	-52,00
Fornecedores	175.378,64	171.307,61	2,38
Estado e outros entes públicos	83.214,74	75.824,84	9,75
Fornecedores de investimento	214.968,48	43.805,27	390,74
Outras contas a pagar	1.110.860,33	406.517,41	173,26
Diferimentos		9.408.318,60	-100,00
Passivos corrente	1.584.422,19	10.105.773,73	-84,32
Total do passivo	2.635.903,85	12.296.514,79	-78,56

Quadro 3 - Evolução do Passivo

Comparando com período homólogo, total do passivo teve uma variação negativa de 78,56% que resulta da descida generalizada das suas rubricas. Algumas destas contas não têm comparabilidade com ano anterior por causa da transição para o novo normativo.

Outra diminuição é verificada na rubrica de diferimentos e explica-se com alteração de critério na contabilização das amortizações técnicas.

Componentes do Património Líquido	2020	2019	Δ 2020/2019
Património/Capital	17.462.926,76	17.462.926,76	0,00
Reservas	1.010.614,85	1.010.614,85	0,00
Resultados transitados	4.315.225,76	4.748.295,91	-9,12
Ajustamentos em ativos financeiros	-3.158,45	0,00	
Outras variações no património líquido	8.391.357,66	234.825,18	3.473,45
Resultado líquido do período	-1.096.438,63	1.293.549,55	-184,76
Interesses Minoritários	0,00	6.500,00	-100,00
Total Património Líquido	30.080.527,95	24.756.712,25	21,50

Quadro 4 - Evolução do Património Líquido

Os fundos próprios do Município passaram a totalizar 30M€, o que traduz um acréscimo de cerca de 5,3M€ relativamente ao ano anterior.

O resultado líquido do exercício foi de -1.096 438.63 €

Demonstração de resultados

O resultado líquido apurado foi na ordem dos -1 M€, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza.

Os rendimentos em 2020 foram de 10,1 M€ euros para um nível de gastos de 11,3 M€, tendo verificado uma diminuição de 6,94% dos rendimentos e um aumento de 16,54% dos gastos.

Gastos	2020	2019	Δ 2020/2019
Transferências e subsídios concedidos	1.090.660,44	647.899,28	68,34
CMVMC	359.191,30	443.087,15	-18,93
FSE	2.312.872,19	2.644.241,06	-12,53
Gastos com pessoal	4.382.326,55	4.578.943,27	-4,29
Gastos/Reversão de depreciação e amortização	2.489.139,77	1.067.630,31	133,15
Juros e gastos similares suportados	14.767,91	21.889,52	-32,53
Outros gastos	697.579,35	332.841,21	109,58
Total	11.346.537,51	9.736.531,80	16,54

Quadro 5- Evolução dos Gastos

Há semelhança dos anos anteriores, as rubricas continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os fornecimentos e serviços externos (20%) e gastos com pessoal (39%). Comparativamente com o período de 2019, os fornecimentos e serviços externos sofreram uma diminuição de 12,53% e os gastos com pessoal sofreram uma diminuição de 4,3%.

As amortizações do exercício, registaram um aumento de cerca 1,4 M€ em relação a 2019, que corresponde a um acréscimo de 133,15%.

De referir que a componente dos rendimentos que apresenta uma variação positiva, relativamente ao ano anterior, é apenas a das taxas e outros rendimentos, todas as outras apresentam variação negativa, com maior expressividade a dos impostos indiretos.

Rendimentos	2020	2019	Δ 2020/2019
Vendas e prestação de serviços	517.615,19	647.759,47	-20,09
Impostos contribuições e taxas	1.769.071,90	2.012.949,35	-12,12
Impostos diretos	945.619,65	1.046.434,72	-9,63
IMI	583.856,36	600.000,00	-2,69
IUC	156.482,87	202.724,33	-22,81
Derrama	205.280,42	243.710,39	-15,77
Impostos indiretos	616.102,86	915.134,97	-32,68
Loteamento e obras	139,50	2.788,83	-95,00
Ocupação de via pública	2.894,26	1.616,68	79,02
Canídeos	261,30	0,00	0,00
Saneamento	2.458,40	107.213,10	-97,71
TMDP	3.114,90	2.782,46	11,95
IMT	612.041,90	791.744,67	-22,70
Outros	109,40	8.989,23	-98,78
Taxas, multas e outras penalidades	207.349,39	72.818,43	184,75
Outros rendimentos e ganhos	617.830,37	132.594,22	365,96
Juros e rendimentos similares obtidos	49,88	401.535,84	-99,99
Transferências e Subsídio Obtidos	7.168.804,48	7.630.259,75	-6,05
Total	10.073.371,82	10.825.098,63	-6,94

Quadro 6 - evolução rendimentos

Considerando que a entidade consolidada, foi extinta este ano, não existindo atividade económica, apenas a necessária para concluir a sua liquidação, nos termos legais, não se considerou relevante apresentar de forma discriminada a análise às diferentes componentes quer dos rendimentos quer dos gastos.

1. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

1.1. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Rubrica RECEBIMENTOS		2020	Rubrica PAGAMENTOS		2020
	Saldo da gerência anterior	3.797.418,74 €			
	Operações orçamentais (1)	3.550.030,94 €			
	Restituição do saldo por orçamentais	3.550.030,94 €			
	Operações tesouraria (A)	247.387,80 €			
	Receita Corrente	9.788.919,09 €		Despesa Corrente	7.742.796,97 €
R1	Receita fiscal	1.525.027,45 €	D1	Despesa com o Pessoal	4.342.502,57 €
R11	Impostos diretos	1.521.325,01 €	D11	Remunerações Certas e Permanentes	3.259.007,24 €
R12	Impostos indiretos	3.702,44 €	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	141.966,15 €
R2	Contribuições sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	D13	Segurança social	941.529,18 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	209.435,10 €	D2	Aquisição de Bens e Serviços	2.750.699,49 €
R4	Rendimentos de propriedade	404.738,20 €	D3	Juros e Outros Encargos	13.810,91 €
R5	Transferências correntes	7.089.503,49 €	D4	Transferências Correntes	561.649,52 €
R51	Administrações públicas	7.089.503,49 €	D41	Administrações Públicas	561.649,52 €
R511	Administração Central - Estado	7.089.503,49 €	D411	Administração Central - Estado	239.462,16 €
R512	Administração Central - Outras entidades	- €	D412	Administração Central - Outras entidades	289.562,88 €
R513	Segurança Social	- €	D413	Segurança Social	32.624,48 €
R514	Administração Regional	- €	D414	Administração Regional	- €
R515	Administração Local	- €	D415	Administração Local	- €
R52	Exterior - EU	- €	D42	Instituições Sem Fins Lucrativos	- €
R53	Outras	- €	D43	Famílias	- €
R6	Venda de bens e serviços	539.217,08 €	D44	Outras	- €
R7	Outras receitas correntes	20.997,77 €	D5	Subsídios	- €
			D6	Outras Despesas Correntes	74.134,48 €
	Receita Capital	1.560.278,82 €		Despesas Capital	2.218.670,39 €
R8	Venda de bens investimento	10.200,00 €	D7	Investimento	1.652.250,40 €
R9	Transferências Capital	1.550.078,82 €	D8	Transferências de Capital	566.419,99 €
R91	Administrações Públicas	1.550.078,82 €	D081	Administrações Públicas	341.945,89 €
R911	Administração Central - Estado	1.550.078,82 €	D0811	Administração Central - Estado	- €
R912	Administração Central - Outras entidades	- €	D0812	Administração Central - Outras entidades	- €
R913	Segurança Social	- €	D0813	Segurança Social	- €
R914	Administração Regional	- €	D0814	Administração Regional	- €
R915	Administração Local	- €	D0815	Administração Local	341.945,89 €
R92	Exterior - EU	- €	D082	Instituições Sem Fins Lucrativos	220.132,20 €
R93	Outras	- €	D083	Famílias	4.341,90 €
R10	Outras Receitas Capital	- €	D084	Outras	- €
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	797,48 €	D09	Outras Despesas Capital	- €
	Receita Efetiva (2)	11.349.995,39 €		Despesa Efetiva (5)	9.961.467,36 €
	Receita Não Efetiva (3)	- €		Despesa Não Efetiva (6)	1.180.294,31 €
R12	Receita com ativos financeiros	- €	D10	Despesa com ativos financeiros	1.180.294,31 €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	D11	Despesa com passivos financeiros	- €
	Soma (4) = (1)+(2)+(3)	14.900.026,33 €		Soma (7) = (5)+(6)	11.141.761,67 €
	Operações de tesouraria (B)	100.637,60 €		Operações de tesouraria (C)	87.752,38 €
				Saldo para a gerência seguinte	4.018.537,68 €
				Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	3.758.264,66 €
				Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	260.273,02 €
				Saldo Global (2)-(5)	1.388.528,03 €
				Despesa Primária	9.949.392,26 €
				Saldo Corrente	2.044.386,31 €
				Saldo Capital	- 658.391,57 €
				Saldo Primário	1.400.603,13 €
				Receita total (1)+(2)+(3)	14.900.026,33 €
				Despesa total (5)+(6)	11.141.761,67 €

1.2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	TOTAL	Rubrica	OBRIGAÇÕES	TOTAL
	Receita corrente	10.068.532,30 €		Despesa corrente	10.396.239,60 €
R011	Impostos diretos	1.644.726,77 €	D01	Despesa com o pessoal	4.609.189,29 €
R012	Impostos indiretos	3.783,52 €	D011	Remunerações Certas e Permanentes	3.476.878,74 €
R03	Taxas, multas e outras penalidades	222.467,14 €	D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	144.056,64 €
R04	Rendimentos de propriedade	404.738,20 €	D013	Segurança Social	988.253,91 €
R05	Transferências correntes	7.171.499,86 €	D02	Aquisição de bense Serviços	4.830.692,70 €
R0511	Administração Central - Estado	7.060.821,91 €	D03	Juros e outros encargos	129.984,84 €
R052	Exterior - EU	10.019,45 €	D04	Transferências correntes	743.363,02 €
R053	Outras	100.658,50 €	D0411	Administração Central - Estado	76.235,56 €
R06	Venda de bens e serviços	597.966,58 €	D0412	Administração Central - Outras Entidades	- €
R07	Outras receitas correntes	23.350,23 €	D0415	Administração Local	229.584,94 €
	Receita de Capital	1.560.278,82 €	D042	Instituições sem fins lucrativos	395.427,25 €
R08	Venda de bens de investimento	10.200,00 €	D043	Famílias	42.115,27 €
R09	Transferências de capital	1.550.078,82 €	D044	Outras	- €
R0911	Administração Central - Estado	1.317.639,00 €	D05	Subsídios	- €
R0912	Administração Central - Outras entidades	- €	D06	Outras despesas correntes	83.009,75 €
R093	Outras	232.439,82 €		Despesa de Capital	5.731.028,37 €
R10	Outras receitas de capital	- €	D07	Investimento	5.142.669,28 €
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	797,48 €	D08	Transferência de capital	570.588,09 €
	Receita Efetiva (2)	11.629.608,60 €	D0812	Administração Central - Outras Entidades	- €
	Receita Não Efetiva (3)	- €	D0815	Administração Local	341.945,89 €
R12	Receita com ativos financeiros	- €	D082	Instituições sem fins lucrativos	220.132,20 €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	D084	Outras	8.510,00 €
	Receita Total (4)=(1)+(2)+(3)	11.629.608,60 €	D09	Outras despesas de capital	17.771,00 €
				Despesa Efetiva (5)	16.127.267,97 €
				Despesa Não Efetiva (6)	4.038.339,57 €
			D10	Despesa com ativos financeiros	4.038.339,57 €
			D11	Despesa com passivos financeiros	- €
				Despesa Total (7)=(5)+(6)	20.165.607,54 €

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1. BALANÇO CONSOLIDADO



BLC - BALANÇO (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

Balanço Consolidado

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
ATIVO			
Ativo não corrente	5	27.370.830,52 €	30.065.953,24 €
Ativos fixos tangíveis	8	26.863.855,34 €	29.090.298,65 €
Propriedades de investimento			405.386,72 €
Ativos intangíveis	3	119.973,49 €	116.046,48 €
Participações financeiras	18	386.000,04 €	390.959,75 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			63.211,76 €
Clientes, contribuintes e utentes	23	951,77 €	
Outros ativos financeiros	5	49,88 €	49,88 €
Ativo corrente		5.345.601,28 €	6.987.273,80 €
Inventários	10	388.256,53 €	405.030,30 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		81.995,37 €	
Clientes, contribuintes e utentes	23	189.041,08 €	150.982,52 €
Estado e outros entes públicos	23	105.454,06 €	93.739,59 €
Outras contas a receber	23	540.290,16 €	2.043.855,59 €
Diferimentos		18.588,50 €	491.534,89 €
Caixa e depósitos	1	4.021.975,58 €	3.802.130,91 €
Total Ativo		32.716.431,80 €	37.053.227,04 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		30.080.527,95 €	24.756.712,25 €
Património/Capital		17.462.926,76 €	17.462.926,76 €
Reservas		1.010.614,85 €	1.010.614,85 €
Resultados transitados		4.315.225,76 €	4.748.295,91 €
Ajustamentos em ativos financeiros		-3.158,45 €	
Outras variações no património líquido		8.391.357,66 €	234.825,18 €
Resultado líquido do período		-1.096.438,63 €	1.293.549,55 €
Interesses Minoritários			6.500,00 €
Total Património Líquido		30.080.527,95 €	24.756.712,25 €
PASSIVO			
Passivo não corrente	7	1.051.481,66 €	2.190.741,06 €
Financiamentos obtidos	23	1.010.446,75 €	2.190.741,06 €
Outras contas a pagar		41.034,91 €	0,00 €
Passivo corrente	23	1.584.422,19 €	10.105.773,73 €
Fornecedores	23	175.378,64 €	171.307,61 €
Estado e outros entes públicos	23	83.214,74 €	75.824,84 €
Fornecedores de investimentos	23	214.968,48 €	43.805,27 €
Outras contas a pagar		1.110.860,33 €	406.517,41 €
Diferimentos			9.408.318,60 €
Total Passivo		2.635.903,85 €	12.296.514,79 €
Total Património Líquido e Passivo		32.716.431,80 €	37.053.227,04 €

2.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO



DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

Demonstração Resultados por natureza consolidado

Rubricas	Notas	Datas	
		2020	2019
Impostos, contribuições e taxas	14	1.769.071,90 €	2.012.949,35 €
Vendas	13	259.470,64 €	293.700,07 €
Prestações de serviços e concessões	13	258.144,55 €	354.059,40 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	7.168.804,48 €	7.630.259,75 €
Trabalhos para a própria entidade		181.264,10 €	204.982,72 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-359.191,30 €	-443.087,15 €
Fornecimentos e serviços externos	23	-2.312.872,19 €	-2.644.241,06 €
Gastos com pessoal	19	-4.382.326,55 €	-4.578.943,27 €
Transferências e subsídios concedidos		-1.090.660,44 €	-647.899,28 €
Outros rendimentos	23	617.830,37 €	132.594,22 €
Outros gastos	23	-697.579,35 €	-332.841,21 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1.411.956,21 €	1.981.533,54 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5/8	-2.489.139,77 €	-1.067.630,31 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-1.077.183,56 €	913.903,23 €
Juros e rendimentos similares obtidos		49,88 €	401.535,84 €
Juros e gastos similares suportados	7	-14.767,91 €	-21.889,52 €
Resultado antes de impostos		-1.091.901,59 €	1.293.549,55 €
Imposto sobre Rendimento do período		-4.537,04 €	
Resultado líquido do período		-1.096.438,63 €	1.293.549,55 €

2.3. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

Demonstração Fluxos de Caixa consolidado

Rubricas	Notas	Datas	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		536.543,03 €	
Recebimentos de contribuintes		1.527.707,71 €	
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7.089.503,49 €	
Recebimentos de utentes		207.874,71 €	
Pagamentos a fornecedores		-2.742.336,27 €	
Pagamentos ao pessoal		-4.345.308,40 €	
Pagamentos de transferências e subsídios		-563.385,33 €	
Caixa gerada pelas operações		1.710.598,94 €	
Outros recebimentos/pagamentos		-578.068,26 €	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		1.132.530,68 €	
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-1.665.176,40 €	
Pagamentos - Ativos intangíveis		-2.706,00 €	
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Propriedades de Investimento		404.688,32 €	
Recebimentos - Transferências de capital		1.550.078,82 €	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		286.884,74 €	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		49,88 €	
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1.183.568,90 €	
Pagamentos - Juros e gastos similares		-16.051,73 €	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1.199.570,75 €	
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		219.844,67 €	
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		3.802.130,91 €	
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4.021.975,58 €	
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		3.802.592,45 €	
Saldo da gerência anterior (SGA)		3.802.592,45 €	
SGA De execução orçamental		3.550.030,94 €	
SGA De operações de tesouraria		252.561,51 €	
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4.021.975,58 €	
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		4.021.975,58 €	
SGS De execução orçamental		3.756.528,85 €	
SGS De operações de tesouraria		265.446,73 €	

2.4. ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LIQUIDO CONSOLIDADO



DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

(Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo)

Demonstração das alterações no património líquido consolidado

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla														
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		17.462.926,76 €				1.010.614,85 €	4.748.295,91 €					234.825,18 €	1.293.549,55 €	24.750.212,25 €	6.500,00 €	24.756.712,25 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							295.966,94 €					8.106.532,48 €		8.402.499,42 €		8.402.499,42 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico								355.556,99 €						355.556,99 €		355.556,99 €
Alterações de políticas contabilísticas												6.788.893,48 €		6.788.893,48 €		6.788.893,48 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização																
Excedentes de revalorização e respetivas variações																
Transferências e subsídios de capital												1.317.639,00 €		1.317.639,00 €		1.317.639,00 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido														-40.264,48 €	-6.500,00 €	-46.764,48 €
Correção de erros materiais														-19.325,57 €		-19.325,57 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													-1.096.438,63 €	-1.096.438,63 €		-1.096.438,63 €
RESULTADO INTEGRAL													-1.096.438,63 €	-1.096.438,63 €		-1.096.438,63 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								-729.037,09 €	-3.158,45 €				-1.293.549,55 €	-3.158,45 €		-3.158,45 €
Subscrições de capital/património																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações												50.000,00 €	-1.293.549,55 €	-1.243.549,55 €		
Subscrições de prémios de emissão																
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		17.462.926,76 €				1.010.614,85 €	4.315.225,76 €		-3.158,45 €			8.391.357,66 €	-1.096.438,63 €	30.080.527,95 €		30.080.527,95 €

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

1.1 – Entidades Incluídas na consolidação

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	% Controlo		Obs
					Direto	Indireto	
Município de Ferreira do Alentejo	Praça Infante Passanha, 5	Serviço aos municipes					a)
MOBITRAL - Mobílias Tradicionais Alentejanas, E.M.	Ferregial do Cemitério, Lote 6	Mobiliário Alentejano	50.000,00	43.500,00	87,00%		b)

a) Entidade-mãe obrigada a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no nº 1 do artigo 75º da Lei das Finanças Locais

b) Entidade controlada pelo Município de Ferreira do Alentejo

1.2 – Caixa e depósitos

A caixa e os depósitos bancários detalham-se em 31 de dezembro, conforme se segue:

Conta	dez-20	dez-19
Caixa	866,23	959,98
Depósitos à Ordem	3.009.622,63	3.801.170,93
Depósitos bancários à o	3.009.622,63	3.801.170,93
Outros depósitos	1.011.486,72	0,00
Depósitos Consignados	825.629,61	
Depósitos garantias e C	185.857,11	
Total	4.021.975,58	3.802.130,91

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Todos os bens do ativo fixo tangível estão mensurados pelo seu custo de aquisição. As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes em todas as participadas.

Participações financeiras

Também as participações financeiras foram mensuradas pelo seu custo. Houve o abate da empresa municipal MOBITRAL por a mesma ter sido liquidada no decurso do ano 2020.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto do bem, utilizando o método das quotas constantes (linha reta), considerando a vida útil de referência

Contas a receber

As contas a receber são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Nota 3 – Ativos intangíveis

Durante o período de 31 de dezembro de 2020, a quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, como as respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do Período			Final do período				
	Quantia bruta (1)	Amortizações acumuladas (2)	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta (5)	Amortizações acumuladas (6)	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
Ativos intangíveis								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
projetos de desenvolvimento	379.982,63	256.834,54		123.148,09	381.207,71	279.367,03		101840,68
Programas de computador e sistemas de informação	28.187,16	18.160,06		10.027,10	38.888,16	21.779,92		17108,24
propriedade industrial e intelectual					2.706,00	2.255,00		451,00
Outros					574,27	0,70		573,57
Ativos intangíveis em curso								
Total	408.169,79	274.994,60	0,00	133.175,19	423.376,14	303.402,65	0,00	119973,49

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Não aplicável

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

No período findo a 31 de dezembro, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, apresenta-se no quadro seguinte:

Rubricas (1)	Início do Período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Depreciações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia bruta (6)	Depreciações acumuladas (7)	Perdas por imparidade acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	740.832,71	0,00	0,00	740.832,71	734.348,34	0,00	0,00	734.348,34
Edifícios e outras construções	2.669.655,68	1.245.970,36	0,00	1.423.685,32	2.836.744,02	1.494.773,77	0,00	1.341.970,25
Infraestruturas	24.304.521,22	18.709.333,93	0,00	5.595.187,29	24.625.175,43	19.710.982,21	0,00	4.914.193,22
Património histórico, artístico e cultural	109.315,74	0,00	0,00	109.315,74	110.596,17	40,02	0,00	110.556,15
Outros bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	27.824.325,35	19.955.304,29	0,00	7.869.021,06	28.306.863,96	21.205.796,00	0,00	7.101.067,96
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	3.235.797,92	676.335,27	0,00	2.559.462,65	3.186.282,87	721.771,23	0,00	2.464.511,64
Edifícios e outras construções	20.534.491,70	6.420.717,33	0,00	14.113.774,37	21.357.195,71	7.139.270,46	0,00	14.217.925,25
Equipamento básico	2.192.758,31	1.577.287,56	0,00	615.470,75	2.314.852,84	1.666.447,35	0,00	648.405,49
Equipamento de transporte	2.275.441,07	1.402.481,75	0,00	872.959,32	2.409.380,23	1.539.303,23	0,00	870.077,00
Equipamento Administrativo	1.271.942,02	1.080.027,08	0,00	191.914,94	1.322.902,99	1.143.658,59	0,00	179.244,40
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	970.285,71	747.116,95	0,00	223.168,76	980.092,81	807.489,63	0,00	172.603,18
Ativos fixos tangíveis em curso	865.706,34	0,00	0,00	865.706,34	1.210.020,42	0,00	0,00	1.210.020,42
	31.346.423,07	11.903.965,94	0,00	19.442.457,13	32.780.727,87	13.017.940,49	0,00	19.762.787,38
Total	59.170.748,42	31.859.270,23	0,00	27.311.478,19	61.087.591,83	34.223.736,49	0,00	26.863.855,34

Nota 6 - Locações

O Município de Ferreira do Alentejo tem um contrato de locação operacional, que se apresenta no quadro seguinte.

BENS LOCADOS [1]	Valor do contrato [2]	Pagamentos efetuados acumulados [3]				Futuros pagamento mínimos [4]			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos [5]
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
Locação de impressoras e cópias	144.677,54 €	48.897,27 €	- €	30.897,27 €		45.076,92 €	19.806,08 €		64.883,00 €
Total	144.677,54 €	48.897,27 €	- €	30.897,27 €	- €	45.076,92 €	19.806,08 €	- €	64.883,00 €

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

Em 2020 o detalhe da rubrica de financiamento obtido, consolidado, decomposto em passivo não corrente

Designação	Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários	
	31-dez-20	31-dez-19
Empréstimos bancários		
Passivo não corrente	1.010.446,75	2.190.741,06
Total	1.010.446,75	2.190.741,06

Nota 8 – Propriedades de investimento

Não aplicável

Nota 9 – Imparidade de ativos

Apuramento dos valores das imparidades em 31 dezembro de 2020.

Ativo [1]	Natureza [2]	Quantia bruta [3]	Imparidade acumulada [3]	Quantia recuperável [3]	Modelo utilizado	
					Justo valor [4]	Valor de uso [5]
Cientes de cobrança em atraso	Gerador caixa	- €		- €		- €
				- €		- €
Total	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Nota 10 - Inventários

No período findo de 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na rubrica de inventários foi o seguinte:

RUBRICAS	Quantia escritura inicial [1]	Compras líquidas [2]	Consumos/gastos [3]	Variações nos investimentos da produção [4]	Movimentos no período				Quantia escriturada final [9]=[1]+[2]+[3]+[4]+[5]+[6]+[7]+[8]
					Perdar por imparidade [5]	Reversões de perdas por imparidade [6]	Outras reduções de inventários [7]	Outros aumentos de inventários [8]	
Mercadorias		280,58 €			11.758,83 €	11.758,83 €			280,58 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	405.030,30 €	379.744,31 €	359.191,30 €				37.608,10 €	0,74 €	387.975,95 €
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	405.030,30 €	380.024,89 €	359.191,30 €	- €	11.758,83 €	11.758,83 €	37.608,10 €	0,74 €	388.256,53 €

Nota 11 - Agricultura

Não aplicável

Nota 12 – Contratos de construção

Não aplicável

Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação

O rendimento contabilístico desta nota é gerado em acontecimentos que tem uma contraprestação. O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período
Taxas, multas e outras penalidades	
Taxas específicas das autarquias locais	198.736,89 €
Multas e outras penalidades	2.728,47 €
Outras multas e penalidades	5.884,03 €
Vendas	
Água	256.751,90 €
Produtos acabados e intermédios	2.718,74 €
Prestação de serviços	
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	- €
Trabalho por conta de particulares	17.671,39 €
Cemitérios	33.849,76 €
Mercados e feiras	169,56 €
Serviços culturais	2.349,39 €
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	6.402,30 €
Arrendamento	8.115,94 €
Outros	542,80 €
Outros rendimentos	
Ganhos em inventários	0,74 €
Rendimentos em investimentos não financeiros	406.748,26 €
Outros	52.038,64 €
juros, dividendos e outros rendimentos	49,88 €
Total	535.921,17 €

Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação são compostas por impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar as entidades pública, de acordo com as disposições legais, criadas para proporcionar rendimento às administrações em geral. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos, como se mostra em seguida.

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período
Impostos diretos	
Derrama	205.280,42 €
Imposto Municipal sobre Imóveis	583.856,36 €
Imposto único de circulação	156.482,87 €
Impostos indiretos	
Impostos indiretos específicos das autarquias locais	4.060,96 €
Imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis	612.041,90 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	
Fundos de equilíbrio financeiro	5.972.589,00 €
Fundo social municipal	136.486,00 €
Participação no IRS	222.416,00 €
Transferência de competências da Lei 50/2018	622.637,44 €
Participação no IRS	79.956,68 €
Serviços e fundos autónomos	99.140,65 €
Administração local	4.500,00 €
Outras entidades	836,73 €
Fundo social europeu	15.370,08 €
Outros	14.871,90 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	124.332,73 €
Total	7.293.137,21 €

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não foram constituídas provisões para os processos em curso instaurados ao município

Nota 16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

O detalhe da rubrica outros ativos financeiros consolidados é o indicado seguinte:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final		
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor		Perdas por imparidade	Outros
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos por negociação										
Participações financeiras - justo valor										
Empresas locais	76.396,36 €							43.500,00 €	32.896,36 €	
Cooperativas e fundações	25.049,88 €								25.049,88 €	
Associações de municípios	8.175,80 €								8.175,80 €	
FAM - Fundo apoio municipal	390.959,75 €						71.081,75 €		319.878,00 €	
Outros investimentos financeiros	49,88 €								49,88 €	
Outros ativos financeiros										
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo										
Outros ativos financeiros										
Total	500.631,67 €	- €	- €	- €	- €	- €	71.081,75 €	- €	43.500,00 €	386.049,92 €

Nota 19 – Benefícios dos empregados

A entidade atribui benefícios em empregados de acordo com a legislação em vigor e que são de curto prazo.

Incluem-se nos benefícios de curto prazo: Salários, subsídio de refeição, subsídio de férias e natal, e outros abonos previstos na remuneração em vigor, bem como as contribuições para os regimes de segurança social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Gastos com o pessoal	Valor do período
Remunerações dos titulares de órgão soberania e membros de órgãos autárquicos	
Remuneração base	101.936,44
Subsídio férias	6.973,41
Subsídio natal	6.973,41
Despesas de representação	22.108,06
Gratificações e senhas de presença	15.994,21
Ajudas de custo	4.204,29
Subtotal	158.189,82
Remunerações do pessoal	
Remuneração base	2.305.512,07
Subsídio férias	212.830,23
Subsídio natal	199.898,98
Subsídio de refeição	227.643,02
Pessoal em regime tarefa ou avença	78.735,90
Despesas de representação	9.314,13
Trabalho extraordinário	109.230,36
Ajudas de custo	4.359,51
Abono para falhas	4.948,36
Subsídio de turno	4.014,60
Subtotal	3.156.487,16
Outras despesas	
Sistemas de proteção social	861.822,33
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	44.347,34
Siubsistemas de saúde - ADSE	107.081,85
Reembolsos ADSE	34.129,31
Remunerações por doença	2.805,83
Subsídio familiar a crianças e jovens	7.302,93
Outras prestações familiares	10.159,98
Subtotal	1.067.649,57
Total gastos pessoal	4.382.326,55

Nota 23 – Outras informações relevantes para compreensão da posição e do desempenho financeiro

Dívidas a receber:

Descrição	Valor a receber
Clientes	126.460,65
contribuintes	72.192,06
Transferência lei 50/2020	81.995,37
Impostos e taxas	208.153,67
Acréscimos rendimentos	297.096,49
Utentes	499,29
Diferimentos	18.588,50
Outros	141.627,57
Total	946.613,60

Dívidas a pagar:

Descrição	Valor a pagar
Clientes cobrança duvidosa	9.159,15
Fornecedores c/c	175.378,64
Impostos sobre rendimentos	23.612,48
Contribuições para sistemas proteção social e subsistemas de saúde	24.242,46
Outras tributações	35.359,80
Fornecedores investimento	214.968,48
Financiamento obtido	1.010.446,75
Outros credores	180.103,09
Cauções	230.917,55
Outros	742.424,05
Total	2.646.612,45

Fornecimentos e serviços externos:

Descrição	Valor
Transportes escolares	119.280,96
Espaços desporto, cultura e lazer	70.304,70
Serviços de recolha e tratamento resíduos	280.967,25
Trabalhos especializados	179.559,40
Publicidade, comunicação e imagem	16.383,76
Vigilância e segurança	3.508,25
Honorários	61.667,28
Comissões	49.217,15
Conservação e reparação	43.309,09
Materiais de consumo	535.104,04
Energia e fluídos	544.631,14
Deslocações, estadas e transportes	2.522,50
Serviços diversos	406.416,67
Total	2.312.872,19

Outros rendimentos:

Descrição	Valor
Ganhos em inventários	0,74
Alienações	1.014,76
Rendas propriedades investimento	440.443,50
Outros	176.371,37
Total	617.830,37

Outros gastos:

Descrição	Valor
Dívidas incobráveis	312.166,69
Perdas em inventários	31.976,55
Gastos e perdas investimentos não financeiros	308.284,03
Outros	45.152,08
Total	697.579,35

23.7 – Outras informações relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados

A MOBISTRAL - Móveis Tracionais Alentejanas, EM, que integrava o Grupo autárquico do Município de Ferreira do Alentejo, e sobre a qual o município exercia o controlo (participação no capital social de 87%), por deliberação da Assembleia Municipal de Ferreira do Alentejo, na sua sessão de 16 de dezembro de

2019, foi aprovada a sua dissolução, mediante liquidação por transmissão global, com transmissão de todo o património para o município, inteirando-se os outros sócios a dinheiro.
A sua liquidação foi concretizada por escritura pública realizada no dia 26 de junho de 2020.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a este consolidado, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Ferreira do Alentejo** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 32.716.431,80 euros e um total do património líquido de 30.080.527,95 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.096.438,63 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido consolidada, a demonstração dos fluxos de caixa consolidada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Ferreira do Alentejo** em 31 de dezembro de 2020 o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

A rubrica de Acréscimos de rendimentos encontra-se subvalorizada no total de 391.846,33 Euros (Em 2019: 375.849,58 Euros), pelo que esta rubrica do Ativo e do Património Líquido (rubrica de Resultados Transitados) encontram-se subvalorizados naquele montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental, (que evidencia um total de receita cobrada líquida 14.900.026,33 euros) e um total de despesa paga líquida de reposições de 11.143.497,48 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 22 de junho de 2021

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

À Assembleia Municipal,

1. Nos termos dos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cumpre ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **Município de Ferreira do Alentejo** referentes ao período findo em 31 de dezembro 2020.
2. Durante o exercício, o Revisor Oficial de Contas procedeu, às verificações e análises que considerou convenientes e apreciou as contas consolidadas do **Município de Ferreira do Alentejo**. Para o efeito, recebeu da **Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo** todos os esclarecimentos e informações solicitadas.
3. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão consolidado e completado o exame, nomeadamente, sobre as demonstrações financeiras consolidadas e seus anexos, exigidos por lei, com vista à sua Certificação Legal das Contas Consolidadas que contém uma opinião com reservas.

Parecer

1. Face ao exposto, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas consolidadas do **Município de Ferreira do Alentejo** referentes ao exercício de 2020, se apresentam elaborados de acordo com os princípios da consolidação legalmente aplicáveis a este sector, exceto quanto aos efeitos da matéria na secção “Bases para a opinião com reservas”, do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas incluída na Certificação Legal das Contas.
2. Finalmente, o Revisor Oficial de Contas deseja agradecer à **Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo** e aos seus Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 22 de junho de 2021

José Manuel Gonçalves Roberto (ROC 1051), registado na CMVM com o n.º 20160664,
em representação da MRG – Roberto, Graça & Associados, SROC, Lda, inscrita na CMVM
sob o n.º 20161518